

ACM defende controle externo do Judiciário

GAZETA MERCANTIL

6661 73080

Enio Vieira
de Brasília

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendeu ontem o controle externo do Poder Judiciário como forma de fiscalizar os tribunais brasileiros. O senador fez um discurso de encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada por ele há oito meses para analisar irregularidades no Judiciário. "Eu mesmo achava, há dois ou três anos, que não era necessário controle externo. Hoje, depois que vi o que se passou na CPI, é indispensável", disse.

Uma subcomissão parlamentar no Senado deverá ser criada para acompanhar as recomendações contidas no relatório final da CPI. "Vamos manter seu funcionamento na prática, recebendo denúncias da população, até que o Judiciário se torne capaz de realizar sua própria fiscalização", afirmou, lembrando que será instalado um serviço encarregado de receber novas denúncias. "A CPI analisou nove casos, sendo o principal as fraudes na construção do prédio do TRT-São Paulo.

A obra do tribunal paulista acabou envolvendo o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que recebeu depósitos da construtora Incal, responsável pela obra superfaturada. Mesmo tendo criticado com veemência o corporativismo do Judiciário, o senador baiano mencionou rapidamente em seu discurso o envolvimento de Estevão no caso. O ministro Sepúlveda Pertence, do Su-

premo Tribunal Federal (STF), pedirá licença ao Senado para processar Estevão por crime eleitoral.

Anteontem, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, encaminhou a Pertence um parecer que acusa Luiz Estevão de ter usado uma nota fiscal falsa durante sua campanha para deputado distrital em 1994. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o Senado deveria se antecipar nas licenças para que senadores sejam processados. Hoje a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa pedidos do STF para abertura de processos contra parlamentares.

"O Senado não tinha o direito de retardar os processos", disse Péres. Há três pedidos de licença contra Antônio Carlos Magalhães, todos envolvendo calúnia e difamação. Segundo o senador baiano, é preciso que seja feita uma autocritica, que não vem sendo feita. "O congresso certamente votará leis para corrigir o que deve ser corrigido."

Ainda sobre Luiz Estevão, o presidente do Congresso atacou mais um vez a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por desistir do pedido de cassação do senador do DF. A entidade divulgou uma nota repudiando as críticas do senador baiano: "Seria algo surpreendente se o presidente do Congresso tivesse reação diversa. A OAB nunca o agradou, sobretudo agora quando fica evidente que cabe ele próprio e os partidos abrir o processo de cassação do senador Luiz Estevão".